



COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)

REQUERIMENTO Nº , DE 2025

(Do Sr. Ricardo Abrão)

Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação para debater sobre as medidas de fiscalização e repressão à atuação de empresas de apostas online (bets) e à participação de instituições financeiras e de pagamento nas operações, bem como a legalidade do mercado de jogos e apostas.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, II da Constituição Federal e dos arts. 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário, seja aprovado o presente requerimento de audiência pública, para debater sobre as medidas de fiscalização e repressão à atuação de empresas de apostas online (bets) e à participação de instituições financeiras e de pagamento nas operações, bem como a legalidade do mercado de jogos e apostas.

Para tanto, sugiro que sejam convidados os seguintes representantes:

1. Representante da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda;
2. Representante do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF);
3. Representante do Banco Central do Brasil;
4. Representante da Receita Federal do Brasil;
5. Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
6. Representante da Associação Brasileira de Bets e Fantasy Sports (ABFS).





JUSTIFICATIVA

A crescente penetração das plataformas digitais de apostas no Brasil, operando muitas vezes sem regulamentação ou com sede no exterior, tem exposto vulnerabilidades no sistema de arrecadação, fiscalização tributária, compliance financeiro e controle da lavagem de dinheiro, além de agravar problemas sociais, como o endividamento de jovens e a manipulação de resultados esportivos.

Nesse contexto, a Comissão deve promover o debate com representantes dos principais órgãos responsáveis pela formulação, fiscalização e regulação da atividade econômica e tributária no país, bem como com representantes do setor.

A explosão do mercado de apostas online no Brasil, notadamente com o crescimento de plataformas conhecidas como “bets”, trouxe consigo uma série de desafios fiscais, financeiros, regulatórios e sociais que demandam resposta imediata do Estado brasileiro. Estima-se que esse mercado, em grande parte não regulado, movimente dezenas de bilhões de reais por ano, sendo boa parte operada por empresas sediadas no exterior, sem sede física no país e fora do alcance da fiscalização tributária e financeira nacional.

A ausência de um marco regulatório consolidado, somada à estrutura tecnológica descentralizada e ao uso massivo de meios de pagamento digitais, tem permitido que empresas de apostas operem à margem do fisco, evadindo tributos, lavando dinheiro, captando recursos de forma não supervisionada e fomentando práticas ilícitas, como a manipulação de resultados esportivos, o uso de “laranjas” e o aliciamento de menores.

Dados do Ministério da Fazenda e do próprio Banco Central revelam que diversas instituições de pagamento e financeiras atuam como intermediárias nesses fluxos, sem cumprir, em muitos casos, as obrigações previstas na legislação brasileira, como a comunicação de operações suspeitas ao COAF, a identificação adequada de clientes (KYC), e a prevenção à lavagem de dinheiro (PLD).

Além disso, a fragilidade na rastreabilidade dos recursos movimentados pelas “bets” ilegais compromete a arrecadação tributária da União, provoca distorções no mercado financeiro formal, e representa risco





CÂMARA DOS DEPUTADOS

sistêmico à integridade do sistema bancário nacional.

Diante desse cenário, é dever da Comissão de Finanças e Tributação, que possui competência regimental para tratar da política fiscal, arrecadação, controle da receita pública e atuação de instituições financeiras, promover um debate técnico e interinstitucional sobre o tema, ouvindo os principais órgãos envolvidos no enfrentamento desse problema.

A realização da Audiência Pública com representantes do Ministério da Fazenda, Receita Federal, Banco Central, COAF, Ministério da Justiça e da Associação Brasileira de Bets e Fantasy Sports (ABFS) é medida oportuna e necessária para:

- Avaliar a situação atual do mercado de apostas online, seus impactos fiscais e financeiros;
- Identificar lacunas legais e regulatórias que facilitam a atuação de empresas ilegais;
- Discutir propostas para o aprimoramento do controle sobre as transações financeiras relacionadas a jogos e apostas;
- Avançar no debate sobre tributação justa, transparência e proteção do cidadão consumidor.

A partir das informações levantadas nesta audiência, esta Comissão poderá propor medidas legislativas e de fiscalização mais eficazes, com o objetivo de resguardar o erário, fortalecer o sistema financeiro nacional e proteger a sociedade brasileira contra os riscos associados ao mercado ilegal de apostas.

Sala das Sessões, de Maio de 2025.

RICARDO ABRÃO
Deputado Federal / União-RJ

